AULA 10 TURMA DE QUESTÕES PPBA

PROCESSO PENAL

- Aplicação da lei processual penal no tempo e no espaço
- Inquérito policial
- Ação penal

Ano: 2018 Banca: FGV Órgão: TJ-SC Prova: FGV - 2018 - TJ-SC - Técnico Judiciário Auxiliar

01) No curso de ação penal em que Roberto figurava como denunciado, entrou em vigor lei que versava sobre processamento de ação penal em procedimento comum ordinário, com conteúdo exclusivamente processual penal, prejudicial ao réu.

O técnico judiciário, no momento de auxiliar no processamento do feito, deverá aplicar a:

A) lei processual penal em vigor na época dos fatos, ~~em virtude do princípio da irretroatividade da lei mais gravosa,~~ não admitindo o Código de Processo Penal interpretação extensiva ou analógica da lei processual;

B) lei processual penal em vigor na época dos fatos, ~~em virtude do princípio da irretroatividade da lei mais gravosa~~, admitindo o Código de Processo Penal interpretação extensiva, mas não aplicação analógica da lei processual;

C) lei processual penal em vigor na época dos fatos, ~~em virtude do princípio da irretroatividade da lei mais gravosa~~, admitindo o Código de Processo Penal interpretação extensiva e aplicação analógica da lei processual;

D) nova lei processual penal, ainda que desfavorável ao réu, respeitando-se os atos já praticados, admitindo o Código de Processo Penal interpretação extensiva, ~~mas não aplicação analógica da lei processual;~~

E) nova lei processual penal, ainda que desfavorável ao réu, respeitando-se os atos já praticados, admitindo o Código de Processo Penal interpretação extensiva e aplicação analógica da lei processual.

Ano: 2024 Banca: FGV Órgão: Prefeitura de Vitória - ES Prova: FGV - 2024 - Prefeitura de Vitória - ES - Guarda Municipal de Vitória

02) Durante um encontro entre amigos de infância, todos formados em Direito, João, Delegado de Polícia, foi indagado sobre o dia-a-dia da atividade desempenhada. Desta forma, o agente público acabou por tecer comentários sobre a presidência do inquérito policial, atraindo a atenção de todos os presentes.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código de Processo Penal, é correto afirmar que

A) o inquérito deverá terminar no prazo de cinco dias, se o indiciado tiver sido preso em flagrante, ou estiver preso preventivamente, contado o prazo, nesta hipótese, a partir do dia em que se executar a ordem de prisão, ou no prazo de quinze dias, quando estiver solto, mediante fiança ou sem ela.

B) qualquer pessoa do povo que tiver conhecimento da existência de infração penal em que caiba ação pública ou privada, poderá, por escrito, comunicá-la à autoridade policial, a qual deverá instaurar inquérito policial para apurar os fatos.

C) quando o fato for de difícil elucidação, a autoridade poderá requerer ao juiz a devolução dos autos, para ulteriores diligências, que serão realizadas no prazo máximo de cinco dias, se o indiciado estiver preso.

SOLTO

D) a autoridade policial fará minucioso relatório do que tiver sido apurado, enviando cópia dos autos ao juiz competente, ao Ministério Público, à Defensoria Pública ou ao advogado constituído pelo indiciado.

E) os instrumentos do crime, bem como os objetos que interessarem à prova, acompanharão os autos do inquérito.

Ano: 2024 Banca: FGV Órgão: TJ-SC Prova: FGV - 2024 - TJ-SC - Oficial de Justiça

03) João, delegado de polícia, foi cientificado sobre a ocorrência, na circunscrição da sua unidade policial, de um crime de latrocínio tentado,

persequível mediante ação penal pública incondicionada. Dessa forma, a autoridade policial, independentemente de qualquer provocação por parte da vítima, deflagrou um inquérito policial visando à apuração dos fatos.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código de Processo Penal e o entendimento doutrinário dominante, é correto afirmar que a atuação de João, ao deflagrar a investigação, é uma manifestação da:

A) discricionariedade do inquérito policial;
B) confidencialidade do inquérito policial;
C) indisponibilidade do inquérito policial;
D) dispensabilidade do inquérito policial;
E) oficiosidade do inquérito policial.

Ano: 2024 Banca: FGV Órgão: TJ-MS Prova: FGV - 2024 - TJ-MS - Analista Judiciário - Área Fim

04) João, delegado de polícia, deflagrou inquérito policial para apurar um suposto crime de homicídio. Contudo, a autoridade policial não logrou obter qualquer indício quanto à autoria, dando ensejo, em observância às formalidades legais, ao arquivamento do procedimento investigatório. Após alguns meses, João tomou conhecimento de notícias de provas novas, que versavam sobre o autor do crime doloso contra a vida.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código de Processo Penal e o entendimento dominante dos Tribunais Superiores, é correto afirmar que:

A) é possível o desarquivamento do inquérito policial, desde que haja novas provas. Por outro lado, a deflagração da ação penal pressupõe a existência de notícias de novas provas;
B) é possível o desarquivamento do inquérito policial, desde que haja notícias de provas novas. Por outro lado, a deflagração da ação penal pressupõe a existência de novas provas;
C) não é possível o desarquivamento do inquérito policial, mas nada impede a deflagração da ação penal, desde que haja notícias de provas novas;
D) não é possível o desarquivamento do inquérito policial, mas nada impede a deflagração da ação penal, desde que haja novas provas;

E) é possível a deflagração da ação penal, desde que haja notícias de provas novas. Por outro lado, a prolação de sentença condenatória pressupõe a existência de provas novas.

Ano: 2024 Banca: FGV Órgão: Câmara de Fortaleza - CE Prova: FGV - 2024 - Câmara de Fortaleza - CE - Advogado

05) Nos termos da legislação processual vigente, em relação ao inquérito policial, é correto afirmar que

A) a polícia judiciária ~~será exercida pelo Ministério Público e pelas Polícias Militares dos Estados e do Distrito Federal.~~

~~B) a polícia judiciária será exercida pelas Forças Armadas no Distrito Federal e~~ pela Polícia Civil nos Estados.

~~C) a polícia judiciária será exercida por juízes~~ especificamente designados no âmbito de cada Tribunal.

D) a polícia judiciária será exercida pelas autoridades policiais no território de suas respectivas circunscrições.

E) a polícia judiciária será exercida pela Polícia Federal nos casos de crimes graves de repercussão internacional.

Ano: 2024 Banca: FGV Órgão: Câmara de Fortaleza - CE Prova: FGV - 2024 - Câmara de Fortaleza - CE - Advogado

06) Nos termos da legislação processual vigente, acerca do inquérito policial, são feitas as seguintes afirmativas:

I. Nos crimes de ação pública, o inquérito policial poderá ser iniciado mediante requisição da autoridade judiciária ou do Ministério Público.

II. Em respeito ao ~~princípio da ampla defesa,~~ o advogado devidamente constituído pelo investigado poderá ter acesso ~~integral~~ aos autos do inquérito policial, ~~independentemente de qualquer condição ou circunstância.~~

III. O inquérito policial é presidido pela autoridade policial, cabendo a esta ~~também decidir pelo seu arquivamento~~ em caso de inexistência ou insuficiência de provas.

Está correto o que se afirma em

A) II, apenas.
B) I, apenas.
C) I, II e III.
D) II e III, apenas.
E) I e II, apenas.

Ano: 2024 Banca: FGV Órgão: TJ-AP Prova: FGV - 2024 - TJ-AP - Analista Judiciário - Área Judiciária - Especialidade - Execução de Mandados

07) Jonas, delegado de polícia, deflagrou um inquérito policial para apurar a prática de crime de roubo circunstanciado pelo emprego de arma de fogo. Contudo, meses após o início das investigações e esgotadas todas as diligências policiais cabíveis, não logrou êxito em apurar a autoria delitiva.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código de Processo Penal e os entendimentos doutrinário e jurisprudencial dominantes, é correto afirmar que o delegado de polícia:

A) não poderá mandar arquivar os autos do inquérito policial, em razão da indisponibilidade do procedimento investigativo;
B) poderá mandar arquivar os autos do inquérito policial, em razão da discricionariedade do procedimento investigativo;
C) poderá mandar arquivar os autos do inquérito policial, em razão da dispensabilidade do procedimento investigativo;
D) não poderá mandar arquivar os autos do inquérito policial, em razão da oficialidade do procedimento investigativo;
E) poderá mandar arquivar os autos do inquérito policial, em razão da oficiosidade do procedimento investigativo.

Ano: 2024 Banca: FGV Órgão: Câmara dos Deputados Prova: FGV - 2024 - Câmara dos Deputados - Analista Legislativo/Consultoria - Consultor Legislativo - Área XXII (Reaplicação)

08) Sobre a ação penal privada, é correto afirmar que

A) o perdão concedido a um dos querelados não se aplicará necessariamente a todos os demais, mas se estende ao querelado que o recusar.

B) a queixa contra qualquer um dos autores do crime obrigará ao processo de todos e o Ministério Público velará pela sua divisibilidade.

C) a renúncia ao exercício do direito de queixa em relação a um dos autores do crime se estende a todos os demais.

D) o perdão não poderá ser aceito por procurador, ainda que possua poderes especiais.

E) a renúncia tácita e o perdão tácito somente serão admissíveis mediante prova testemunhal.

Ano: 2024 Banca: FGV Órgão: TJ-SC Prova: FGV - 2024 - TJ-SC - Juiz Substituto

09) Em crime de promoção de publicidade enganosa, em razão de não ter sido oferecida a denúncia no prazo legal, a Associação Estadual de Defesa dos Consumidores ajuizou ação penal subsidiária. Contudo, no decorrer do processo, apesar de intimada várias vezes, deixou de promover o andamento do feito, por sessenta dias seguidos, demonstrando inequívoca negligência.

Nessa hipótese, é correto afirmar que:

A) deverá o Ministério Público retomar a ação como parte principal;

B) deverá o feito ser extinto sem resolução do mérito, em razão da ocorrência da perempção;

C) deverá o feito ser extinto sem resolução do mérito, em razão da ilegitimidade da Associação;

D) deverá o juiz nomear a Defensoria Pública como assistente qualificada para retomar o feito;

E) deverá o feito ser extinto sem resolução do mérito, em razão da decadência do direito de queixa subsidiária.

Ano: 2024 Banca: FGV Órgão: PC-SC Prova: FGV - 2024 - PC-SC - Psicólogo Policial Civil

10) João ingressou com uma queixa-crime, no contexto das ações penais de iniciativa privada, em face de Jonatas, ao argumento de que o último o teria injuriado. Nada obstante, no curso da persecução penal em juízo, João perdoou o querelado, com a aceitação do último. Com efeito, houve a extinção de punibilidade e o encerramento do processo.

Nesse cenário, considerando o entendimento doutrinário e jurisprudencial dominantes, é correto afirmar que o perdão de João, no curso da relação processual, é uma manifestação do princípio da

A) oportunidade ou conveniência da ação penal de iniciativa privada.

B) transcendência da ação penal de iniciativa privada.

C) disponibilidade da ação penal de iniciativa privada.

D) divisibilidade da ação penal de iniciativa privada.

E) oficialidade da ação penal de iniciativa privada.

LEI PROCESSUAL PENAL NO ESPAÇO

O CPP adota o princípio da **TERRITORIALIDADE ABSOLUTA**

Artigo 1°, CPP: O processo penal reger-se-á, em todo o território brasileiro, por este Código, **ressalvados** (Exceções em que não se aplica o CPP):

I - Os tratados, as convenções e regras de direito internacional (**Imunidade diplomática**)

II - As prerrogativas constitucionais do Presidente da República, dos ministros de Estado, nos crimes conexos com os do Presidente da República, e dos ministros do Supremo Tribunal Federal, nos **crimes de responsabilidade** (Constituição, arts. 86, 89, §2º, e 100);

III - Os **processos da competência da Justiça Militar**;

LEI PROCESSUAL PENAL NO TEMPO

Artigo 2º, CPP: A lei processual penal aplicar-se-á desde logo, **sem prejuízo** da validade dos atos realizados sob a vigência da lei anterior.

PRINCÍPIO DO EFEITO IMEDIATO

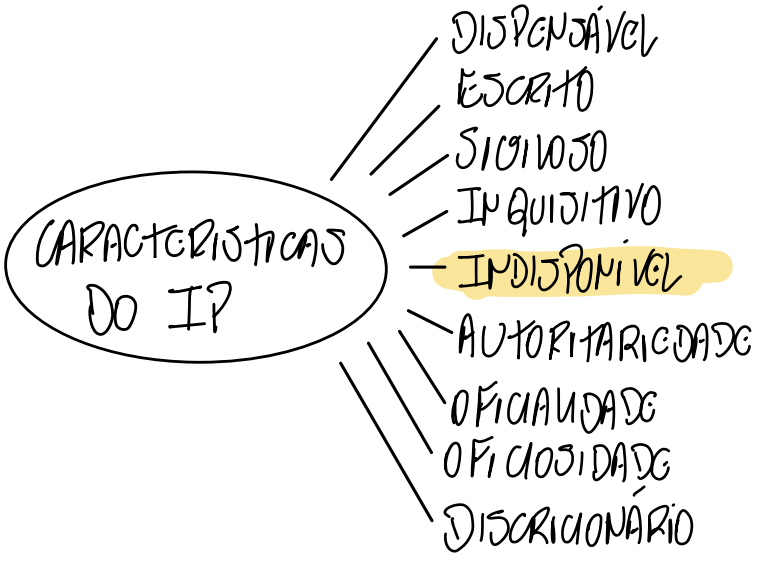
OBS: Não importa se a lei processual é benéfica ou maléfica para o réu, ela deve ser aplicada desde logo, pois não vigora a retroatividade benéfica quando a norma for genuinamente processual.

TÉCNICAS DE INTERPRETAÇÃO DA NORMA PP

Artigo 3º, CPP: A lei processual penal **ADMITIRÁ** **interpretação extensiva** e **aplicação analógica**, bem como o **suplemento dos princípios gerais de direito**.

PRAZOS REFERENTES AO IP

HIPÓTESE	INDICIADO PRESO	INDICIADO SOLTO
Regra geral CPP	**10** dias a contar da **EXECUÇÃO** da prisão. • Sem pacote = Improrrogável • Com pacote = Prorrogáveis por + **até** 15 dias.	**30** dias a contar da PORTARIA do delegado. Pode ser **prorrogado sucessivas vezes**, mediante autorização judicial.
Polícia Federal	15 dias + 15 dias	**30** dias a contar da PORTARIA do delegado. Pode ser **prorrogado sucessivas vezes**, mediante autorização judicial.
Lei de drogas (**3x maior**)	30 dias + 30 dias	90 dias + 90 dias
Crimes contra a Economia Popular	10 dias IMPRORROGÁVEIS	
Investigação tráfico de pessoas	**O IP tem que começar em 72 horas**. O juiz tem 12 horas para decidir acerca do pedido de localização. O acesso a ERB é por 30 dias (Renovável uma vez)	
Prisão temporária: Crimes comuns	05 dias + 05 dias (Preso)	
Prisão temporária: Crimes hediondos e equiparados	30 dias + 30 dias (Preso)	
Crimes militares	20 dias IMPRORROGÁVEIS	40 dias + 20 dias



Arquivado o IP pode desarquivar?

Regra: Pode desarquivar, pois só faz coisa julgada formal (Endoprocessual).

Artigo 18, CPP: Depois de ordenado o arquivamento do inquérito pela autoridade **judiciária**, por falta de base para a denúncia, a autoridade policial poderá proceder a novas pesquisas, se de outras provas tiver notícia.

Súmula 524 STF: Arquivado o inquérito policial, por despacho do juiz, a requerimento do promotor de justiça, não pode a ação penal ser iniciada, sem novas provas.

Exceções: São hipóteses de arquivamento definitivo, pois faz coisa julgada formal e material (Exoprocessual). Nos seguintes casos;

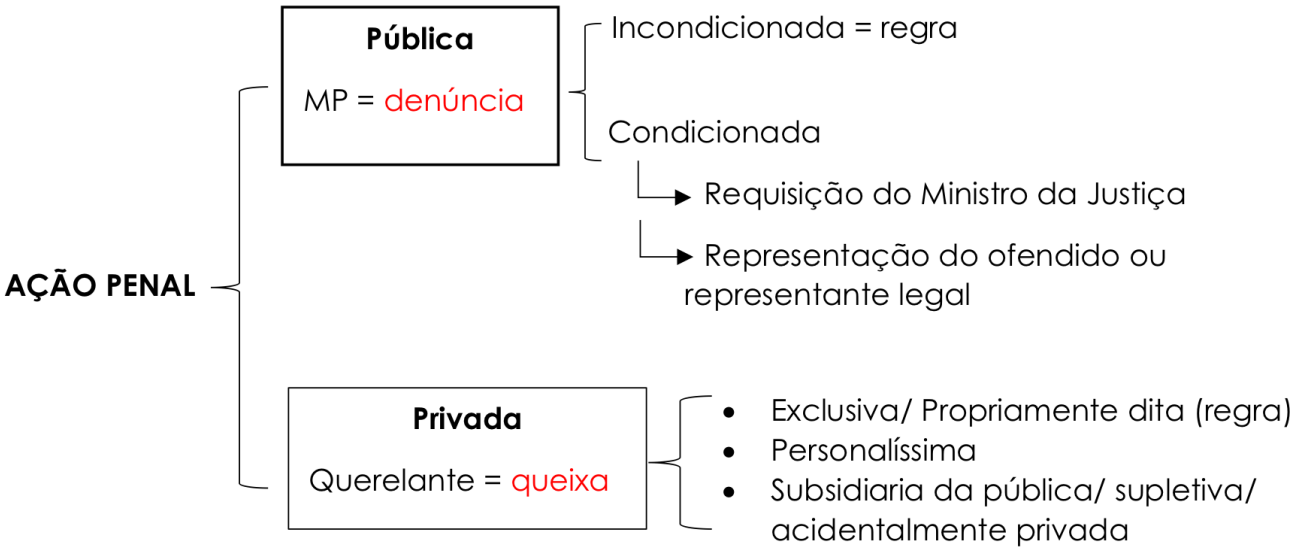
01) Atipicidade
02) Extinção da punibilidade (Exceto, quando diante de certidão de óbito falsa)
03) Excludente da ilicitude

STJ = Não desarquiva

STF = Pode desarquivar, se de novas provas tiver notícia.

04) Excludentes da culpabilidade

Classificação da ação penal:



Princípios

AÇÃO PENAL PÚBLICA	AÇÃO PENAL PRIVADA
Obrigatoriedade	Oportunidade
Indisponibilidade	Disponibilidade
Divisibilidade	Indivisibilidade
Intranscendência	Intranscendência
Oficialidade	
Oficiosidade = Só se aplica diante de ação penal pública incondicionada	

RENÚNCIA	PERDÃO do ofendido
Ocorre antes da queixa (ação)	Ocorre durante a ação
Unilateral	Bilateral = Depende de aceite

Tanto a renúncia, quanto o perdão podem ser expresso ou tácito = admite todos os meios de prova

Perempção

É uma negligencia, uma falta de interesse do querelante com o andamento da ação penal privada.

Art. 60 do CPP: Nos casos em que somente se procede mediante queixa, considerar-se-á perempta a ação penal:

I - Quando, iniciada esta, o querelante deixar de promover o andamento do processo durante **30 dias seguidos;**

II - Quando, falecendo o querelante, ou sobrevindo sua incapacidade, **não comparecer em juízo, para prosseguir no processo**, dentro do prazo de **60 dias**, qualquer das pessoas a quem couber fazê-lo, ressalvado o disposto no art. 36;

III - Quando o querelante deixar de comparecer, **sem motivo justificado, a qualquer ato do processo** a que deva estar presente, ou **deixar de formular o pedido de condenação** nas alegações finais;

ATENÇÃO: Se o querelante pedir a absolvição o juiz não pode condenar o querelado, mas sim declarar extinta a punibilidade, devido a perempção.

IV - Quando, sendo o querelante pessoa jurídica, está se extinguir sem deixar sucessor.